

Demonstrações Financeiras

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

30 de junho de 2020

com relatório do auditor independente sobre as
demonstrações financeiras

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente.....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A. (“Corretora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução nº 4720 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Circular nº 3959 do Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Corretora de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

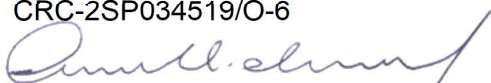
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Eduardo Wellichen
Contador CRC- 1SP184050/O-6

Relatório de Administração

Junho de 2020



Apresentação

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. submete à apreciação de V. Sas., o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas a 30 de Junho de 2020 e a 31 de dezembro de 2019, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho

A CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. encerrou o primeiro semestre de 2020 com um resultado positivo de R\$ 47 mil, fruto da redução dos custos recorrentes e da gestão eficiente do caixa.

Índice de Basiléia

A Corretora adota a apuração dos limites de Basiléia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 30 de junho de 2020, o Índice de Basiléia do Conglomerado Prudencial era de 36,76%.

Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de risco do BCG Brasil S.A., líder do conglomerado, garante o gerenciamento e mitigação dos riscos inerentes a atividade da Instituição. Esta estrutura visa assegurar que as políticas e os procedimentos estão sendo seguidos. Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site www.bcgbrasil.com.br/Divulgacao-informacoes/Gestao-Risco.

Agradecimentos

A Administração da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. agradece ao seu acionista Banco Caixa Geral - Brasil S.A. e a Caixa Geral de Depósitos de Portugal (Controladora do Grupo CGD no Brasil) pelo apoio recebido e, aos nossos fornecedores e demais entidades com quem nos relacionamos pela colaboração.

A Administração

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2020	2019	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2020	2019
Caixa e Equivalente de Caixa	4	15.925	16.539	Provisões	7	616	629
Instrumentos Financeiros		11.889	11.698	Outras Obrigações		2.647	3.470
Aplicações Interfinanceiros de Liquidez	5	11.889	11.698	Diversos	8	2.647	3.470
Outros Ativos		1.958	2.324	Obrigações Fiscais Diferidas	10. c	4.494	4.494
Diversos	6	1.958	2.324				
				Patrimônio Líquido		22.015	21.968
				Capital social		12.595	12.595
				De domiciliados no País	11. a	12.595	12.595
				Reserva Legal		2.518	2.518
				Reserva Especial de lucro		6.902	6.855
Total do Ativo		29.772	30.561	Total do Passivo		29.772	30.561

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas da intermediação financeira		478	3.657
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	14	478	3.657
Resultado bruto da intermediação financeira		478	3.657
Outras receitas (despesas) operacionais		(412)	(1.020)
Despesas de pessoal		-	(126)
Outras despesas administrativas	15	(325)	(545)
Despesas tributárias	16	(23)	(204)
Outras receitas operacionais	17	5	193
Outras despesas operacionais	18	(69)	(338)
Resultado operacional		66	2.637
Resultado não operacional		-	(6)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		66	2.631
Imposto de Renda e Contribuição Social	10	(19)	(170)
Provisão para imposto de renda		(9)	(416)
Provisão para contribuição social		(9)	246
Lucro líquido dos semestres		47	2.461
Quantidade de ações do capital social - lote de mil	11.a	4.686	27.977
Lucro por lote de mil ações - em R\$		0,010	0,088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro Líquido dos semestres	47	2.461
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total	<u>47</u>	<u>2.461</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Aumento de Capital - Capital a Realizar	Redução de Capital	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
				Reserva Legal	Reserva Especial		
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	104.338	-	-	2.724	4.663	-	111.725
Aumento de capital (nota nº 11.a)	-	257	-	(257)	-	-	-
Redução de capital (nota nº 11.a)	-	-	(92.000)	-	-	-	(92.000)
Lucro do semestre	-	-	-	-	-	2.461	2.461
Constituição de reservas (Nota explicativa 11.c)	-	-	-	51	2.410	(2.461)	0
Saldos em 30 de Junho de 2019	104.338	257	(92.000)	2.518	7.073	-	22.186
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	12.595	-	-	2.518	6.855	-	21.968
Lucro do semestre	-	-	-	-	-	47	47
Constituição de reservas (nota nº 11.c)	-	-	-	-	47	(47)	(0)
Saldos em 30 de Junho de 2020	12.595	-	-	2.518	6.902	-	22.015

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
		1º Semestre	1º Semestre
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido dos semestres		47	2.461
Ajustes ao lucro:			
Reversão de passivo fiscal diferido	10	-	(504)
Provisões para riscos	18	30	244
Total dos ajustes		30	(260)
Lucro líquido ajustado		77	2.201
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(192)	58.639
Aumento em títulos e valores mobiliários		-	(1.057)
Redução em outros ativos		366	538
Redução em outras obrigações		(867)	(710)
Caixa líquido (aplicado) oriundo nas atividades operacionais		(692)	57.410
Dividendos pagos	11.b	-	(1.665)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		-	(1.665)
(Redução)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(615)	57.946
No início dos semestres	4	16.539	14.947
No fim dos semestres	4	15.925	72.893

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA 30 DE JUNHO DE 2020 E PARA 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. (“Corretora”) pertencente ao Conglomerado CGD (Grupo Caixa Geral de Depósitos) desde 2012, iniciou suas atividades no mercado financeiro brasileiro em 01 de setembro de 2005.

No ano de 2015, as operações da CGD ficaram reduzidas ao mínimo regulatório, tendo sido integradas na estrutura do Banco Caixa Geral – Brasil S.A.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN e Conselho Monetário Nacional - CMN.

A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Circular Bacen nº 3.959/19 foram incluídas nas demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS).

As principais alterações implementadas foram: a) As contas do Balanço Patrimonial estão sendo apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; b) Os saldos do Balanço Patrimonial de junho de 2020 estão sendo apresentados comparativamente com os do final do exercício social imediatamente anterior; c) Inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As demais demonstrações estão sendo comparadas com os mesmos períodos do semestre anterior para as quais foram apresentadas.

A aplicação de tais critérios gerais está sendo de forma prospectiva. Os saldos dos valores correspondentes a períodos anteriores, apresentados para fins de comparação, também estão sendo ora reapresentados considerando tais critérios gerais.

As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis aprovados são:

Resolução nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos;
Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa;
Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas;
Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente;
Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações;
Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;
Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico;
Resolução nº 4.424/12 - Benefícios a empregados;
Resolução nº 3.959/19 - Resultado por ação; e
Resolução nº 4.748/19 – Mensuração do valor justo.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 28 de agosto de 2020.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Corretora.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

Apresentamos a seguir o resumo das principais práticas contábeis:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre os ativos e passivos indexados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a noventa dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações com cláusula de atualização monetária e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente e calculadas “pró-rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

d) Ativos e passivos

Os ativos e passivos são demonstrados pelo custo, incluindo os rendimentos, encargos, e as variações monetárias auferidos, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado.

e) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento

técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso;
- **Provisões para riscos** - são avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas;
- **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota, e;
- **Obrigações legais: Fiscais e Previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente.

f) Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda é calculado pela alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 no exercício, ajustados pelas adições e exclusões previstas na legislação. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% a partir de março de 2020 (15% em junho de 2019) do lucro antes dos impostos.

g) Uso de estimativas

Estas demonstrações financeiras incluem estimativas que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação de instrumentos financeiros a valores justos e a provisão para riscos contingentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Disponibilidades	204	270
Aplicações em depósitos interfinanceiros	15.721	16.269
Total	<u>15.925</u>	<u>16.539</u>

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	<u>Junho de 2020</u>		<u>Dezembro de 2019</u>	
	<u>De 1 a 3</u>		<u>De 1 a 3</u>	
	<u>anos</u>	<u>Total</u>	<u>anos</u>	<u>Total</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	11.889	11.889	11.698	11.698
Total	<u>11.889</u>	<u>11.889</u>	<u>11.698</u>	<u>11.698</u>

Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, as aplicações em depósitos interfinanceiros referem-se a recursos financeiros garantidos em “escrow account”, devido a venda da participação que a Corretora possuía na Ricco DTVM S.A.

6. OUTROS ATIVOS - DIVERSOS

	<u>Junho de 2020</u>	<u>Dezembro de 2019</u>
Impostos e contribuições a compensar	951	1.265
Devedores por depósitos em garantia (nota nº 9.a)	894	942
Despesas antecipadas	113	117
Total	<u>1.958</u>	<u>2.324</u>

7. PROVISÕES

	<u>Junho de 2020</u>	<u>Dezembro de 2019</u>
Provisão para riscos trabalhistas (*)	534	525
Fornecedores a pagar	33	6
Publicação e serviços de assessoria	49	98
Total	<u>616</u>	<u>629</u>

(*) Refere-se as ações trabalhistas de ex-funcionários da Corretora que estão sendo discutidos na esfera judicial e que o assessor jurídico julga como “provável” a perda (nota 9a).

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	<u>Junho de 2020</u>	<u>Dezembro de 2019</u>
Dividendos a pagar	730	730
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	19	860
Impostos e contribuições a recolher	5	7
Credores - Conta Liquidações Pendentes	1.893	1.873
Total	<u>2.647</u>	<u>3.470</u>

9. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas:

Descrição	Junho de 2020		Dezembro de 2019	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Provisões para riscos cíveis: (a)	-	117	-	115
Provisões para riscos trabalhistas: (b)	534	777	525	827
Total	534	894	525	942

- (a) Em 30 de junho de 2020, a Corretora possuía 6 processos de natureza cível (6 em dezembro de 2019), no montante total de R\$201 (R\$201 em dezembro de 2019), classificados pelos nossos assessores jurídicos como perda possível.
- (b) Em 30 de junho de 2020, a Corretora possui 2 processos de natureza trabalhista (2 em dezembro de 2019), sendo 1 classificado como provável pelos nossos assessores jurídicos, no montante de R\$534 (1 em dezembro de 2019, no montante de R\$ 525), e 1 classificado como possível pelos nossos assessores jurídicos, no montante de R\$57 (1 em dezembro de 2019, no montante de R\$ 54).

A Corretora está discutindo na esfera administrativa da Receita Federal a autuação da dedutibilidade da amortização do ágio, no montante de R\$ 45.564, na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, dos anos calendário de 2013 e 2014. O nosso assessor jurídico classificou como possível a perda para este processo.

b) Movimentação das provisões para riscos:

	<u>Trabalhistas</u>
Saldo em 31/12/2018	766
Constituição	286
Reversão	(51)
Pagamento processo trabalhista	(476)
Saldo em 31/12/2019	525

	<u>Trabalhistas</u>
Saldo em 31/12/2019	525
Constituição (nota nº 18)	30
Pagamento processo trabalhista	(21)
Saldo em 30/06/2020	534

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim apresentados:

	Junho de 2020	Junho de 2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro, líquido da participação no lucro.	66	2.631
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20% (25% e 15% em 2019).	(20)	(1.040)
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:	(5)	(21)
Outras despesas indedutíveis / outras receitas não tributáveis	(5)	(21)
Efeito das adições e (exclusões) temporárias na apuração do imposto:	(2)	94
MTM de TVM	-	(4)
Reversão de provisões para contingências trabalhistas	(3)	92
Outros	1	6
Prejuízo fiscal e base negativa utilizada (30% do lucro)	8	293
Reversão de passivo fiscal diferido	-	504
Resultado de imposto de renda e da contribuição social do semestre/exercício	<u>(19)</u>	<u>(170)</u>

b) Composição do crédito tributário sobre diferenças temporárias

A Corretora possui créditos tributários não contabilizados. Os benefícios do imposto de renda e da contribuição social serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução CMN nº 3.059/02.

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Prejuízo fiscal e base negativa	15.118	15.129
Outras provisões temporárias	508	504
Total de créditos tributários não contabilizados	<u>15.626</u>	<u>15.633</u>

c) Composição de obrigações diferidas

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Pis a recolher - "Escrow Account"	(65)	(65)
Cofins a recolher - "Escrow Account"	(403)	(403)
CSLL a recolher - "Escrow Account"	(1.509)	(1.509)
IRPJ a recolher - "Escrow Account"	(2.517)	(2.517)
Total de obrigações diferidas	<u>(4.494)</u>	<u>(4.494)</u>

d) Movimentação dos créditos tributários e obrigações diferidas

	Saldo em 31 de dezembro de 2018	(Constituição) / realização	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Pis a recolher - "Escrow Account"	(65)	-	(65)
Cofins a recolher - "Escrow Account"	(403)	-	(403)
CSLL a recolher - "Escrow Account"	(2.013)	504	(1.509)
IRPJ a recolher - "Escrow Account"	(2.517)	-	(2.517)
Total	<u>(4.998)</u>	<u>504</u>	<u>(4.494)</u>

	Saldo em 31 de dezembro de 2019	(Constituição) / realização	Saldo em 30 de junho de 2020
Pis a recolher - "Escrow Account"	(65)	-	(65)
Cofins a recolher - "Escrow Account"	(403)	-	(403)
CSLL a recolher - "Escrow Account"	(1.509)	-	(1.509)
IRPJ a recolher - "Escrow Account"	(2.517)	-	(2.517)
Total	<u>(4.494)</u>	<u>-</u>	<u>(4.494)</u>

e) Expectativa de realização e valor presente das obrigações diferidas

Para o cálculo do valor presente, foi utilizada como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente das obrigações diferidas totalizavam R\$ 4.333 (R\$ 4.250 em dezembro de 2019).

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	Total
Obrigações diferidas	1.124	1.112	1.129	1.129	4.494

As obrigações diferidas serão realizados em conformidade com os prazos definidos no contrato de "Escrow Account" para a liberação dos recursos que estão bloqueados.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2020 em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado, está representado por 4.685.908 ações, sem valor nominal sendo 2.342.954 ações ordinárias e 2.342.954 ações preferenciais.

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 22 de maio de 2019, foi deliberada a redução de capital social, no montante de R\$ 92.000, com consequente cancelamento de 23.291.140, sendo 11.645.570 ações ordinárias e 11.645.570 ações preferenciais, e o aumento de capital social, no montante de R\$ 257, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte da reserva legal, com observância do limite de 20%

do capital social.

A redução e o aumento de capital foram homologados pelo Banco Central do Brasil – BACEN em 23 de julho de 2019.

b) Destinações do lucro líquido

O estatuto assegura aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da legislação societária. Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 15 de abril de 2019, foi deliberado o pagamento de dividendos, no montante total de R\$ 1.665, referente ao exercício de 2018. Em 31 de dezembro de 2019, foi proposto o pagamento de dividendos, no montante de R\$ 730.

c) Reservas de lucro

A reserva de lucros é constituída em cumprimento das exigências estabelecidas na legislação e conforme previsto na Resolução CMN 3.605/08. Conforme estatuto social, foram constituídas reserva legal de R\$ 51 em junho de 2019 e reserva de lucros de R\$ 47 (R\$2.410 em junho de 2019).

d) Lucro por ação

O lucro por ação básico foi calculado e está sendo apresetado na demonstração de resultado da Corretora. O lucro por ação diluído é calculado de forma similar ao lucro básico por ação. Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, O lucro por ação diluído é igual ao lucro por ação básico.

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Corretora realiza operações com partes relacionadas e suas informações são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 3.750/09, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, considerando-se ausência de risco, conforme abaixo:

	<u>Grau de relação</u>	<u>Junho de 2020</u>		<u>Dezembro de 2019</u>	
		<u>Ativo (passivo)</u>	<u>Receitas (despesas)</u>	<u>Ativo (passivo)</u>	<u>Receitas (despesas)</u>
Disponibilidades					
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	177	-	177	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez					
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	15.721	276	16.269	2.965
Outras obrigações - sociais e estatutárias					
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	(730)	-	(730)	-

13. GERENCIAMENTO DE RISCOS - ACORDO DA BASILÉIA

A Corretora adotou estrutura voltada para o gerenciamento e mitigação dos riscos inerentes das operações intermediadas. Esta estrutura visa assegurar que as políticas e os procedimentos

estão sendo seguidos. Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site www.bcbrasil.com.br/Divulgacao-informacoes/Gestao-Risco.

Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.193/13, a apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE para integrantes de conglomerado financeiro deve ser calculado de forma consolidada. Desta forma, a apuração do índice da Basileia da CGD Investimentos Corretora de Valores e Cambio S.A, apresentado pelo Conglomerado da CGD, em 30 de junho de 2020, é de 36,76% (35,18% em junho de 2019).

14. RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Junho de 2020	Junho de 2019
	1º Semestre	1º Semestre
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	468	2.584
Resultado com títulos de renda fixa	10	1.083
Ajustes ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	-	(10)
Total	478	3.657

15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Junho de 2020	Junho de 2019
	1º semestre	1º semestre
Comunicação	(14)	(15)
Processamento de dados	(72)	(215)
Serviços do sistema financeiro	(113)	(76)
Serviços técnicos especializados	(26)	(111)
Serviço de terceiros	(34)	(6)
Publicações	(22)	(25)
Seguros	(22)	(53)
Outras	(22)	(44)
Total	(325)	(545)

16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Junho de 2020	Junho de 2019
	1º semestre	1º semestre
COFINS	(19)	(153)
PIS	(3)	(25)
Outras	(1)	(26)
Total	(23)	(204)

17. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Junho de 2020	Junho de 2019
	1º semestre	1º semestre
Atualização de depósitos judiciais	2	71
Encerramento de contas	-	107
Reversão de provisões operacionais	2	15
Outros	1	-
Total	<u>5</u>	<u>193</u>

18. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Junho de 2020	Junho de 2019
	1º semestre	1º semestre
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	(30)	(244)
Outras despesas	(39)	(94)
Total	<u>(69)</u>	<u>(338)</u>

19. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A Administração vem acompanhando os desdobramentos relacionados ao COVID-19, observando com a devida atenção as orientações governamentais, OMS e assessoria especializada. A Corretora vem adotando diversas medidas de prevenção para preservarmos a segurança e a saúde de seus colaboradores, assim como a manutenção da operação.

20. EVENTO SUBSEQUENTE

A Assembléia Geral Ordinária, realizada no dia 17 de julho de 2020, deliberou sobre a destinação do lucro líquido do exercício social de 31 de dezembro de 2019, conforme abaixo:

- R\$ 51 mil foram destinados à Reserva Legal, em atendimento ao disposto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76;
- R\$ 2.192 mil foram destinados à Reserva Especial de Lucros; e
- R\$ 730 mil, anteriormente proposto para pagamento de dividendos, foi efetivamente destinado à Reserva Especial de Lucros, a título de "dividendos obrigatórios não distribuídos", tendo em vista a renúncia, do único acionista, ao recebimento de dividendos no exercício de 2020.

A Diretoria

Diretor

Lúcio Fábio Tavares Garcia

CRC 1SP 223.923/O-4